



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680287 - MS (2021/0219937-3)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : ADALBERTO ALVES VILLAR  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ LUIZ CORTEZ MARTINS - MS016083  
ADALBERTO ALVES VILLAR - MS020331  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : JANE NUNES DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JANE NUNES DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1408631-06.2021.8.12.0000).

A paciente foi presa em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a acusada faz jus ao direito de responder ao processo em liberdade.

Assevera a possibilidade de substituição da custódia antecipada por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Destaca que a paciente possui filha com 3 anos de idade, sendo devida a conversão da segregação cautelar em prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, determinando-se a imediata liberação da acusada e expedindo-se o competente alvará de soltura ou a aplicação das medidas alternativas. Subsidiariamente, pede o deferimento da prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente